

PUBLICAÇÃO DIÁRIO-AM-06/04/2026
Upa Campos Sales
CONTRATO DE GESTÃO 01/2019 - PRESTAÇÃO DE CONTAS
MARÇO/2026

UPA 24hs - Campos Sales

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO – INDSH UPA 24H - CAMPOS SALES - CNPJ 23.453.830/0021-13				Demonstração das Mutações do Patrimônio Social			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em reais)				Patrimônio Super/(Déficit) Social Acumulado Total			
Balancos Patrimoniais				Demonstrações de Resultados			
ATIVO	Notas	2025	2024	Notas	2025	2024	
Circulante				Receitas Operacionais			
Caixa e equiv. de caixa	4	2.120.538	393.848	31.551.524	31.663.668		
Contas a receber	5	4.614.818	8.364.430				
Estoques	6	2.247.489	2.196.010				
Outros créditos		105.180	26.967				
Partes relacionadas	12	-	1.050.967				
Depósitos judiciais	13	39.447	-				
Contratos de gestão	3m	7.878.535	7.915.917				
Total do Ativo Circulante		17.006.007	19.948.139				
Não Circulante				Recursos Operacionais			
Outros créditos		4.255	4.432				
Imobilizado – Próprio	7	951.226	1.070.862				
Total do Ativo não Circulante		955.481	1.075.294				
Total do Ativo		17.961.488	21.023.433				
PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL				Superávit/(Déficit) Líquido			
Circulante				Despesas			
Fornecedores	8	1.768.160	4.193.927				
Obrigações trabalhistas	9	3.351.955	3.286.777				
Obrigações sociais	10	346.871	360.020				
Obrigações fiscais		75.358	111.963				
Outras contas a pagar	11	4.404.733	3.187.404				
Partes relacionadas	12	70.000	70.000				
Contratos de gestão	3m	7.878.535	7.915.917				
Total do Passivo Circulante		17.895.612	19.126.008				
Não Circulante				Superávit/(Déficit) Antes do Resultado Financeiro			
Provisões para conting.	13	15.000	-				
Partes relacionadas	12	5.500.373	3.688.670				
Total do Pas. não Circul.		5.515.373	3.688.670				
Patrimônio Social							
Patrimônio social		(1.791.245)	(40.484)				
Superávit/(déficit) acum.		(3.658.252)	(1.750.761)				
Total do Patrimônio Social		(5.449.497)	(1.791.245)				
Total do Pas. e Patrim. Social		17.961.488	21.023.433				

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto			
	2025	2024	
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Déficit do Exercício			(3.658.252) (1.750.761)
Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa			
Depreciação/Amortização	129.814	129.419	
Provisão (Reversão) para Contingências	15.000	-	
Déficit do Exercício Ajustado			(3.513.438) (1.621.342)
(Aumento) / Redução do Ativo			
Contas a Receber	3.749.612	(448.513)	
Estoques	(51.479)	(546.442)	
Outros Créditos	(78.036)	24.944	
Depósitos judiciais	(39.447)	-	
Aumento / (Redução) do Passivo			
Fornecedores	(2.425.767)	376.964	
Obrigações Trabalhistas	65.178	1.115.124	
Obrigações Sociais	(13.149)	11.666	
Obrigações Fiscais	(36.605)	(52.174)	
Outras Contas a Pagar	1.217.329	271.453	
FLUXO DE CAIXA GERADO / (CONSUMIDO) PELA ATIVIDADE OPERACIONAL	(1.125.802)	(868.320)	
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de Ativo Imobilizado e Intangível	(10.178)	-	
Baixas de Ativo Imobilizado e Intangível	-	-	
FLUXO DE CAIXA CONSUMIDO PELA ATIVIDADE DE INVESTIMENTO	(10.178)	-	
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Partes Relacionadas	2.862.670	(124.706)	
FLUXO DE CAIXA GERADO / (CONSUMIDO) PELA ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO	2.862.670	(124.706)	
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
	1.726.690	(993.026)	
No início do exercício	393.848	1.386.874	
No fim do exercício	2.120.538	393.848	
Caixa e Equiv. de Caixa no Fim do Exercício	1.726.690	(993.026)	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS															
1. CONTEXTO OPERACIONAL: a. Objetivos Sociais: A Unidade Pronto Atendimento 24 Horas Campos Sales faz parte da rede pública do Estado do Amazonas. A unidade oferece assistência de urgência e emergência nas especialidades de cirurgia geral e clínica médica adulto/pediatria, ambulatório de especialidades, odontologia, e apoio diagnóstico e terapêutico. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. A UPA está situada à Avenida Dona Otília, Taramá, 69.021-430, Manaus - AM. b. Contrato de Gestão: Unidade de Pronto Atendimento 24 horas é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 1º de abril de 2019, por meio de contrato de gestão nº 001/2019/SES-AM, vigente até 30/03/2027 conforme 15º Termo Aditivo. O INDSH é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por.															
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a. Caixa e Equivalentes de Caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b. Estoques: São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c. Imobilizado: i. Reconhecimento e Mensuração: Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. ii. Custos Subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. iii. Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:															
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Item</th> <th>Taxa Anual de Depreciação - %</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aparelhos Méd. e Cir.</td> <td>10%</td> </tr> <tr> <td>Benefeitorias</td> <td>10%</td> </tr> <tr> <td>Máquina e Equipamentos</td> <td>10%</td> </tr> <tr> <td>Móveis e Utensílios</td> <td>10%</td> </tr> <tr> <td>Eq. Informática</td> <td>20%</td> </tr> </tbody> </table>				Item	Taxa Anual de Depreciação - %	Aparelhos Méd. e Cir.	10%	Benefeitorias	10%	Máquina e Equipamentos	10%	Móveis e Utensílios	10%	Eq. Informática	20%
Item	Taxa Anual de Depreciação - %														
Aparelhos Méd. e Cir.	10%														
Benefeitorias	10%														
Máquina e Equipamentos	10%														
Móveis e Utensílios	10%														
Eq. Informática	20%														
O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercí-															

>>> continuação >>>

contratos de gestão baseados na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1), e reconhece o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo circulante relativa a obrigação de execução do contrato pactuado.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2025	2024
Caixa em espécie	585	35
Banco conta movimento	-	-
Aplic. financ. de liquidez imediata	2.119.953	393.813
Total	2.120.538	393.848

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. Os recursos obtidos para gestão da UPA são administrados pela mesma gestão do Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz, por força do mesmo contrato de gestão, portanto são transacionados entre ambas, de acordo com o fluxo financeiro estipulado para a manutenção das atividades. A manutenção do saldo da conta Aplicações financeiras de liquidez imediata é a garantia da administração em honrar seus compromissos de curto prazo com os fornecedores essenciais, para manutenção do funcionamento da unidade, bem como reserva social para honrar seus compromissos de longo prazo com seus colaboradores celetistas.

5. CONTAS A RECEBER: O montante refere-se a contas

7. IMOBILIZADO Aparelhos Med. e Cir. Beneficórias

	2025	2024
Em 31/12/2024		
Saldo inicial	3.591	1.056.208
Aquisições	-	-
Transferências	-	-
Baixas	-	-
Depreciação	(569)	(109.227)
Saldo contábil líquido	3.022	946.981
Em 31/12/2024		
Saldo inicial	3.022	946.981
Aquisições	-	-
Transferências	-	-
Baixas	-	-
Depreciação	(569)	(109.226)
Saldo contábil líquido	2.453	837.755

8. FORNECEDORES

	2025	2024
Materiais e medicamentos	116.309	343.449
Serviços	582.293	735.832
Serviços médicos	1.031.591	2.906.484
Diversos	37.967	208.162
Total	1.766.160	4.193.927

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2025	2024
Ordenados e salários a pagar	790.068	768.302
Provisão férias	885.685	974.293
Provisões FGTS s/férias	70.409	77.720
Outras provisões	1.605.793	1.466.462
Total	3.351.955	3.286.777

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2025	2024
INSS a recolher	95.263	98.339
FGTS a recolher	109.884	114.778
Empréstimos FGTS	62.244	-
IRRF s/ folha a recolher	65.302	125.376
Contr. sindical	618	979
Outras a pagar	13.560	20.548
Total	346.871	360.020

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2025	2024
Empréstimo consignado à funcionários	-	35.510
Verba piso salarial da enfermagem (i)	487.116	94.468
Empréstimos materiais SES-AM (ii)	3.917.617	3.057.426
Total	4.404.733	3.187.404

(i) No ano de 2023/2024/2025, a unidade recebeu recursos destinados ao pagamento do piso salarial da enfermagem por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelecido na Lei 14.434/22, aprovada em 4 de agosto de 2022, que promoveu alterações na Lei Federal nº 7.498/86. No decorrer desse período, constatou-se a existência de excedentes desses recursos. Diante disso, a unidade tomará as providências necessárias para realizar a devolução dessas sobras, seguindo os trâmites estabelecidos nas normativas legais e contratuais. (ii) Refere-se a materiais adquiridos pela Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas e cedidos para utilização pela UPA. Estes valores serão descontados parcial ou integralmente de repasses futuros à Entidade, sendo classificados em passivo circulante, em virtude da expectativa da Administração de que seja realizado durante o exercício de 2026.

12. PARTES RELACIONADAS

	2025	2024
HOSPITAL DELPHINA RINALDI AZIZ	-	1.050.967

a receber de contrato de gestão, 001/2019/SES-AM, com a Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas, vigente até 30/03/2027 conforme 15º Termo Aditivo.

	2025	2024
Contrato de gestão 001/2019	4.614.818	8.364.430
Total Circulante	4.614.818	8.364.430
Aging List	2025	2024
A vencer	-	-
Até 30 dias	2.301.179	2.313.639
De 31 a 60 dias	-	2.313.639
De 61 a 90 dias	-	2.313.639
De 91 a 180 dias	-	1.423.513
De 181 a 360 dias	-	-
+ de 360 dias	2.313.639	-
Total	4.614.818	8.364.430

6. ESTOQUES

	2025	2024
Drogas e medicamentos	197.874	586.127
Materiais de uso do paciente	173.265	256.082
Fios cirúrgicos	12.464	13.568
Limpeza e higienização	68.674	98.496
Materiais de laboratório	-	166.469
Demais materiais	193.754	186.732
Total	646.031	1.307.474

Estoques cedidos pela SES/AM (i) 1.601.458 888.536

Total 2.247.489 2.196.010

(i) Refere-se a materiais adquiridos pela Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas e cedidos para utilização pela UPA. Estes valores serão descontados parcial ou integralmente de repasses futuros à Entidade, conforme descrito na nota explicativa 11. Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

Eq. Informática Máq. e Equip. Móveis e Utens. Total

	2025	2024
Em 31/12/2024		
Saldo inicial	3.906	80.643
Aquisições	-	-
Transferências	-	-
Baixas	-	-
Depreciação	(1.172)	(11.838)
Saldo contábil líquido	2.734	68.805
Em 31/12/2024		
Saldo inicial	2.734	68.805
Aquisições	-	-
Transferências	-	-
Baixas	-	-
Depreciação	(1.173)	(11.839)
Saldo contábil líquido	1.561	56.966

8. FORNECEDORES

	2025	2024
Materiais e medicamentos	116.309	343.449
Serviços	582.293	735.832
Serviços médicos	1.031.591	2.906.484
Diversos	37.967	208.162
Total	1.766.160	4.193.927

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2025	2024
Ordenados e salários a pagar	790.068	768.302
Provisão férias	885.685	974.293
Provisões FGTS s/férias	70.409	77.720
Outras provisões	1.605.793	1.466.462
Total	3.351.955	3.286.777

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2025	2024
INSS a recolher	95.263	98.339
FGTS a recolher	109.884	114.778
Empréstimos FGTS	62.244	-
IRRF s/ folha a recolher	65.302	125.376
Contr. sindical	618	979
Outras a pagar	13.560	20.548
Total	346.871	360.020

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2025	2024
Empréstimo consignado à funcionários	-	35.510
Verba piso salarial da enfermagem (i)	487.116	94.468
Empréstimos materiais SES-AM (ii)	3.917.617	3.057.426
Total	4.404.733	3.187.404

(i) No ano de 2023/2024/2025, a unidade recebeu recursos destinados ao pagamento do piso salarial da enfermagem por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelecido na Lei 14.434/22, aprovada em 4 de agosto de 2022, que promoveu alterações na Lei Federal nº 7.498/86. No decorrer desse período, constatou-se a existência de excedentes desses recursos. Diante disso, a unidade tomará as providências necessárias para realizar a devolução dessas sobras, seguindo os trâmites estabelecidos nas normativas legais e contratuais. (ii) Refere-se a materiais adquiridos pela Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas e cedidos para utilização pela UPA. Estes valores serão descontados parcial ou integralmente de repasses futuros à Entidade, sendo classificados em passivo circulante, em virtude da expectativa da Administração de que seja realizado durante o exercício de 2026.

14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2025	2024
Serviços de gestão	(840.000)	(840.000)
Energia elétrica	(328.807)	(348.434)
Aluguel de máquinas	(854.025)	(1.077.641)
Manutenção e conservação	(247.506)	(147.578)
Água e esgoto	(3.866)	(3.435)
Provisões para contingências	(15.000)	-
Outros	(91.619)	(66.388)
Total	(2.380.823)	(2,483,476)

15. RENÚNCIA FISCAL: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e

financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Unidade de Pronto Atendimento 24h – Campos Sales, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva: Contas a receber parcelado junto a SES/AM:** Em 31 de dezembro de 2025, o Instituto apresentava um contas a receber junto a SES/AM, pelos serviços de gestão da UPA no montante de R\$ 2.313.639, vencidos e relativo ao mês de dezembro/2024. O Ente público oficializou parcelamento deste montante em seis (06) parcelas mensais a serem quitadas a partir de fevereiro de 2025, das quais, até a emissão deste relatório, havia pendente o pagamento da última parcela, vencida em julho de 2025. Nas circunstâncias, não foi possível obter evidências de que o montante, possuía liquidez e constava do fluxo

despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2025	2024
Cota patronal/ Terceiros e RAT/SAT	2.637.472	2.536.054
INSS	2.637.472	2.536.054
COFINS	946.546	949.910
COFINS	946.546	949.910
Total	3.584.018	3.485.964

16. COBERTURA DE SEGUROS: Em 2025, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2025	2024
Aplic. financ. de liquidez imediata	2.119.953	393.813
Contas a receber	4.614.818	8.364.430
Total ativos financeiros	6.734.771	8.758.243
Fornecedores	1.768.160	4.193.927
Total passivos financeiros	1.768.160	4.193.927

18. GESTÃO DE RISCOS: A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros.

i. Riscos de Liquidez: As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **ii. Riscos de Crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES: Renovação do contrato de gestão: Em 31 de dezembro de 2025, o contrato de gestão da UPA foi renovado, passando a vigorar de 31/03/2026 a 31/03/2027. **Repactuação e parcelamento de contas a receber:** Em janeiro de 2025, o Instituto formalizou, junto ao Ente público, contrato de repactuação financeira e parcelamento do montante de R\$ 7.594.284, a ser liquidado em seis (06) parcelas mensais, com início previsto para fevereiro de 2025, sem incidência de atualização monetária ou encargos. Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, os valores pactuados não foram integralmente recebidos, permanecendo em aberto o montante de R\$ 2.313.639, correspondente às parcelas residuais das competências de novembro e dezembro de 2024, com vencimentos previstos para junho e julho de 2025. A Administração permanece em tratativas junto à Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (SES-AM), com o objetivo de viabilizar o recebimento dos valores ainda pendentes. A Entidade segue acompanhando continuamente a situação, adotando as medidas necessárias para a regularização dos repasses e a definição de cronograma atualizado para a liquidação dos valores em aberto.

Manaus - AM, 01 de abril de 2026.
Cristian Tassi - Diretor Executivo - CPF: xxx.078.610-xx
Lienay Teixeira de Macedo Koury -
Contadora - CRC/PA - 021003/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações financeiras

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH, Unidade de Pronto Atendimento – Campos Sales, Manaus - AM

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Unidade de Pronto Atendimento 24h – Campos Sales, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do déficit, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos mencionados no tópico "Base para opinião com Ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e

financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Unidade de Pronto Atendimento 24h – Campos Sales, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva: Contas a receber parcelado junto a SES/AM:** Em 31 de dezembro de 2025, o Instituto apresentava um contas a receber junto a SES/AM, pelos serviços de gestão da UPA no montante de R\$ 2.313.639, vencidos e relativo ao mês de dezembro/2024. O Ente público oficializou parcelamento deste montante em seis (06) parcelas mensais a serem quitadas a partir de fevereiro de 2025, das quais, até a emissão deste relatório, havia pendente o pagamento da última parcela, vencida em julho de 2025. Nas circunstâncias, não foi possível obter evidências de que o montante, possuía liquidez e constava do fluxo

de pagamentos de curto prazo do Ente Público e que pudessem fazer frente aos recursos esperados pela UPA para gestão de suas operações. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Principais assuntos de auditoria:** Principais as-

>>> continua >>>

>>> continuação >>>

suntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

• **Provisões para riscos e passivos contingentes:** Conforme nota explicativa nº 13, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação à probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração.

Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações financeiras. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressaltada em função do seguinte assunto. **Continuidade Operacional:** Chamamos a atenção sobre o descrito na nota explicativa 1(c), em que a Administração apresenta os fatores de elevação de custos da operação de gestão da Unidade e considera como determinantes para o reequilíbrio dos fluxos de caixa futuro, o sucesso na renovação e atualização dos valores de contrato junto à SES/AM. Em 31 de dezembro de 2025, a UPA possui excessos de passivos sobre seus ativos circulantes, apresentando capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 889.605 e patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 5.449.497. Estas demonstrações financeiras foram preparadas com o princípio de continuidade das operações, considerando os melhores esforços da Administração na renegociação do contrato e recomposição de caixa, não sendo apurado ou reconhecida eventuais provisões para descontinuidade das operações. **Transações com partes relacionadas:** A Entidade mantém transações relevantes

com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 28 de março de 2025, com ressalvas, referente ao saldo de estoques e contas a receber parcelado junto a SES/AM. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou

representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 01 de abril de 2026. Planners Auditores Independentes - CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2
Heitor Piovam - Contador CRC 1SP 331.721/O-6

Protocolo 266562

#AQUI É OFICIAL!

- Leis
- Decretos
- Convocação de Concursos
- Processos Seletivos
- Nomeações
- Exonerações
- Aposentadorias
- Portarias
- Editais
- Resenhas
- Extratos
- Balanços

www.imprensaoficial.am.gov.br

imprensa oficial
GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Maiores informações entre em contato com a CENTRAL: (48) 3257-3500 e 3257-3200
E-mails: comercial@centraldiariooficial.com.br; prefeitura@centraldiariooficial.com.br

VÁLIDO SOMENTE COM AUTENTICAÇÃO